



INFLUÊNCIAS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NAS AVALIAÇÕES DAS APRENDIZAGENS E NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO¹

Juliana de Souza Costa ²
Lais Rodrigues Pereira ³

INTRODUÇÃO

As avaliações externas têm como objetivo compreender os níveis de dificuldades dos estudantes e vêm servindo de molde a promoção de políticas públicas para a educação, seja na formação de professores ou até em ações diretas nas escolas. No entanto, o processo que teria o propósito de análise e mudança das ações educativas é consumido pela necessidade da apresentação de bons resultados.

Nesse sentido, surge o objetivo geral desta pesquisa: analisar a influência das avaliações externas no contexto escolar, especificamente, nas práticas pedagógicas em sala de aula. Para isso, optou-se pela abordagem qualitativa, utilizando a análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e entrevista com a coordenadora da instituição para levantamento de dados. O referencial teórico baseia-se em Cerdeira (2018), Paiva (2015), Silva (2015).

Esse tema é relevante, pois diante das reformas educacionais, da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do atual cenário político, as avaliações externas estão passando por reformulações, objetivando a padronização e integração em um único sistema de avaliação. Os resultados encontrados demonstraram que essas avaliações interferem na organização do trabalho pedagógico dos professores, principalmente no que concerne à elaboração das avaliações das aprendizagens.

METODOLOGIA

¹ Este trabalho foi desenvolvido a partir de um relatório de saída de campo realizando na disciplina de Administração das Organizações Educativas do Departamento de Planejamento e Administração da Universidade de Brasília (UnB) em 2019.

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília - UnB, julianacostaunb@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília - UnB, laislaldf@gmail.com.



A pesquisa, de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), teve como procedimentos: análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e entrevista semiestruturada com a coordenadora da instituição. A instituição pesquisada foi a Escola Classe Vilarinho dos Sonhos (nome fictício)⁴, localizada na Região Administrativa do Plano Piloto no Distrito Federal, de natureza pública, oferece o Ensino Fundamental Anos Iniciais para estudantes de 6 a 10 anos (1º a 5º ano). A entrevista foi realizada com Raimunda (nome fictício), de 46 anos, formada em Pedagogia e especializada em Psicopedagogia. Ela atua há mais de 20 anos na Secretaria de Educação e sua função na escola visitada é de supervisora, apesar de formalmente ser coordenadora.

REFERENCIAL TEÓRICO

Avaliar é uma prática do contexto escolar. De acordo com Paiva (2015), considerando os sujeitos do processo avaliativo podemos classificar as avaliações em internas e externas. As internas são “conduzidas por sujeitos diretamente participantes das ações avaliadas”, enquanto as externas são “conduzidas por sujeitos externos e independentes da formulação, implementação ou dos resultados da ação avaliada” (Idem, p. 41).

Segundo a autora, as avaliações internas podem ser divididas em: avaliação das aprendizagens que ocorre dentro de sala de aula e é realizada pelo professor com os alunos e a avaliação institucional - a autoavaliação da instituição - que pode e deve ocorrer com a participação da comunidade escolar, tendo como um dos objetivos retroalimentar a qualidade do ensino nas escolas, a partir do estabelecimento de critérios e parâmetros capazes de refletir compromissos sociais na educação.

Já com relação às avaliações externas, pode-se afirmar que são construídas a partir de uma análise “macro” para o “micro”, partindo de uma pesquisa em larga escala de forma a guiar mudanças para as realidades escolares. Essas avaliações

têm como características, entre outras, a definição de uma matriz de avaliação – na qual são especificados os objetos de avaliação – e o emprego de provas padronizadas – condição para que sejam obtidos resultados mais objetivos e efetuadas comparações entre redes e escolas, tanto transversal quanto longitudinalmente (ALAVARSE, BRAVO; MACHADO, 2013, p. 17).

Um exemplo de avaliação externa é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) - realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sua criação, na década de 90, impulsionou o foco nas avaliações externas no

⁴ Os nomes são fictícios para preservar a identidade da instituição e dos pesquisados.



Brasil e passou a ser pauta de discussão de agendas políticas, chegando a se tornar políticas públicas e terem uma base de sustentação legal (Idem, 2013).

Outro marco do SAEB foi em 2007, com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Segundo o INEP, é uma ferramenta condutora de política pública em prol da qualidade da educação, pois possibilita a criação de metas para a melhoria do ensino e da aprendizagem a partir do resultado de dois conceitos importantes: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coordenadora Raimunda, durante entrevista, alegou que as avaliações externas servem para saber em que nível estão as dificuldades dos estudantes e das escolas para organizar políticas públicas a fim de investir na questão das dificuldades. Apesar disso, na opinião dela, as avaliações externas não conseguem ser 100% fidedignas ao trabalho realizado pela escola. De acordo com Cerdeira (2018), há muitas instituições que focam no ensino dos conteúdos cobrados pelas avaliações externas, utilizam esquemas e linguagens semelhantes para que os alunos treinem como fazer prova e aumentem a pontuação obtida, mesmo que isso não tenha relação direta com a aprendizagem.

A escola pesquisada se encaixa no modelo supracitado, porque se preocupa em realizar as avaliações das aprendizagens com a mesma linguagem cobrada às crianças pelas avaliações externas. Além disso, apesar de não ser uma exigência formal da Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) atribuir notas ou menções aos estudantes, a instituição fazia isso desde o 2º ano. Tal atitude, segundo a coordenadora, se deve ao fato da influência direta dessa prática nos resultados das avaliações externas, pois como as crianças já estão familiarizadas com o instrumento prova o desempenho delas aumentam.

Nesse contexto, o PPP da escola deixa claro que não descarta os testes e provas da avaliação das aprendizagens, visto que, é através desses instrumentos avaliativos que é possível identificar problemas, avanços e verificar possibilidades de redimensionamentos. Ademais, menciona que busca realizar uma avaliação formativa, considerando a formação integral do indivíduo, suas experiências, vivências e aprendizagens cotidianas.

Durante a entrevista, Raimunda comentou sobre as avaliações externas que eram realizadas na escola. A Prova Brasil no 5º ano – atualmente englobada no SAEB - e a Avaliação de Acompanhamento das Aprendizagens (realizada pelo Governo do Distrito Federal - GDF)



nos 2º, 4º e 5º anos receberam maior destaque e por isso serão apresentadas a seguir. Cabe mencionar que a coordenadora deixou claro que estava por dentro das mudanças do SAEB.

A Avaliação de Acompanhamento das Aprendizagens é baseada nas avaliações externas. Na concepção de Raimunda, isso acontece porque o GDF está preocupado em preparar os alunos para essas avaliações e alcançar bons resultados em âmbito nacional. Em contrapartida, segundo a SEEDF a finalidade da Avaliação de Acompanhamento é obter informações que propiciem a formulação constante de estratégias de intervenção avaliativa que contribuam para a efetiva aprendizagem dos estudantes.

De acordo com a coordenadora, essa prova é aplicada duas vezes ao ano. Uma no primeiro semestre para levantar um diagnóstico sobre as fragilidades dos estudantes - Avaliação Diagnóstica - e outra no segundo semestre para acompanhar se eles superaram ou não suas dificuldades - Avaliação de Acompanhamento. Os resultados dessas duas avaliações geram indicadores - descritores em forma de gráficos - os quais mostram o nível de cada aluno e turma por questão e os conteúdos com maior dificuldade.

O relatório desses resultados tem como objetivo ser instrumento para o professor planejar intervenções pedagógicas para toda a turma, ou individualmente, levando em consideração as habilidades conquistadas ou não. Inclusive materiais de apoio pedagógico são distribuídos às escolas, como um auxílio. Raimunda comentou ainda que durante a reunião de pais, cada professor faz uma devolutiva oral e escrita, descrevendo o desempenho dos estudantes nas avaliações.

Em relação à Prova Brasil, Raimunda disse que os professores utilizavam suas questões para formulação das avaliações das aprendizagens, por exemplo na prova bimestral. Afinal, de acordo com ela: “se somos cobrados dessa forma, então a gente se prepara para isso.” Depreende-se que essa prática serve como um treino para os estudantes manterem e aumentarem a pontuação no IDEB. A entrevistada relatou que quando a escola sente necessidade promove o reagrupamento dos estudantes e aulas de esforço para que eles melhorem seu desempenho, aprendendo conteúdos que já foram trabalhos anteriormente em suas turmas.

Não sendo possível dissociar Prova Brasil do IDEB, Raimunda levantou que o posicionamento da escola em relação ao ranqueamento, feito pela mídia com base nesse índice, era de maturidade. Afinal, segundo ela, a escola tinha ficado nos primeiros lugares muitas vezes. Todavia, 2017 foi um ano diferente, do 2º lugar a escola caiu para 16º e perguntas vieram à tona, como: “Onde erramos?”, “De quem foi a culpa?”.



Raimunda, então, confessou que a escola tomou providências no final do 2º bimestre de 2017, momento em que perceberam que iriam ter um resultado ruim na Prova Brasil, pois se o ano acabasse ali metade dos alunos estariam reprovados. Foi preciso realizar uma intervenção com os alunos - oficinas com ex-professores voluntários. E com isso, quando saiu o resultado, a escola já sabia da queda no *ranking*, mas tinha certeza do trabalho de resgate realizado.

Durante a entrevista, Raimunda se contradiz ao confessar que tanto ela quanto a escola se preocupavam em manter uma nota alta no IDEB e ficar em primeiro lugar, mas ao mesmo tempo não acreditavam que a Prova Brasil era capaz de medir a qualidade de ensino, como propõe. Em sua opinião, a prova é muito “bobinha”. Todavia, ela também afirmou que se é assim que se mede a qualidade de uma escola, então ela quer ter esse instrumento a seu favor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, ao se deparar com as avaliações externas baseadas em testes e exames padronizados - geralmente de múltipla escolha - que são realidade do sistema avaliativo brasileiro e até internacional, a escola enfrenta contradições no processo educativo, pois essas avaliações acabam sendo basilares para o trabalho pedagógico e não um dos instrumentos para averiguar as aprendizagens dos estudantes. Sendo assim,

a preocupação com os resultados nas avaliações em larga escala tem feito com que muitas escolas direcionem seus esforços não no sentido de usar as avaliações para melhor ensinar, mas, ao invés disso, para ensinar a responder de forma correta os itens das provas. Com essa atitude, o centro do processo educativo passa a ser a prova, e não a aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 46).

Compreende-se que as avaliações externas estão, consideravelmente, interferindo na organização do trabalho pedagógico, em especial, na elaboração das avaliações das aprendizagens, seja em linguagem e/ou formato. Com isso, acabam influenciando o processo avaliativo a ir na contramão de uma avaliação formativa e processual, além de priorizar os conteúdos exigidos nas avaliações externas em detrimentos de outros.

É importante que os resultados das avaliações externas e das aprendizagens sejam utilizados para retomar os conteúdos, priorizando a aprendizagem dos estudantes, realizando reagrupamentos e reforços escolares. Descarta-se o uso desses resultados para premiação, certificação ou ranqueamento de estudantes e escolas, os quais consideram como mais importante o produto e resultado: a nota, unicamente.



Palavras-chave: Avaliação das aprendizagens, Avaliações externas, Didática, Trabalho pedagógico.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar M; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. Avaliações Externas e qualidade na Educação Básica: Articulações e tendências. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, 2013. Disponível em:

<<https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/ae/arquivos/1783/1783.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Gestão Escolar no Ciclo de Alfabetização. Caderno para gestores / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.

CERDEIRA, Diana Gomes da Silva. Fatores associados ao uso dos resultados de avaliações externas no contexto das políticas de responsabilização educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, v. 34, n. 2, 2018 p. 613-634.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Avaliação em destaque**. Disponível em: <<http://www.avaliacaoemdestaque.se.df.gov.br/>> Acesso em: out. 2019

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E. P. U., 1986.

PAIVA, Liz Denize Carvalho. Teorias e conceitos da avaliação: faces e entrelaces In: PAIVA, Liz Denize Carvalho. **Autoavaliação institucional: perspectivas no âmbito dos Institutos Federais**. Curitiba: Appris, 2015, p. 31-50.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA VILAREJO DOS SONHOS, 2019.